



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638607 - SC (2021/0001391-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : LEANDRO BERNARDI  
**ADVOGADO** : LEANDRO BERNARDI - SC010269  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : LEANDRO SOARES GONCALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO SOARES GONÇALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5043605-67.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso preventivamente no dia 21/1/2020, pela suposta prática dos crimes descritos no art. 121, § 2º, incisos II, IV e VI, c/c o art. 14, inciso II; e art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, todos do CP; e art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, todos na forma do art. 69 do CP.

Foi impetrado prévio *writ* na origem, tendo a ordem sido denegada.

Sustenta o impetrante que a fundamentação utilizada para decretar a prisão preventiva do agente seria genérica, pois não teria sido demonstrada a presença de nenhum dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Alega que, ante as circunstâncias do fato, e as características pessoais do agente, a custódia antecipada do paciente seria ilegal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja expedido alvará de soltura em favor do custodiado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, considerando que os motivos explicitados para manter a custódia operada em desfavor do paciente mostram-se concretos, e pautados nas particularidades dos fatos imputados (fls. 36-42).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente